

A busca dos pontos de equilíbrio

CME

p-3

5 JUN 1987

João Gilberto

Quem acompanhou o noticiário da semana verificou que as peças do tabuleiro da Constituinte fizeram discretas movimentações em busca de alguns pontos de equilíbrio.

Sem querer repetir as notícias, é de se lembrar que as várias correntes puseram-se em campo de diálogo e que relatores e lideranças envolveram-se em encontros e avaliações.

Veza por outra o noticiário revelou a citação de algum dirigente partidário preocupado em que a futura Constituição tenha uma cara moderna, socialmente justa, administrativamente razoável, popularmente participativa.

No centro destas negociações estão pontos insolúveis, em que a divisão ideológica irá refletir-se dramaticamente até as derradeiras votações em plenário; mas também outros pontos fundamentais em que é possível a obtenção de consensos ou de grandes maiorias.

Já transparece, até para a opinião pública, que está havendo um esforço de juntar o econômico e o social, isto é, de aproximar as espetaculares divergências que marcam os resultados nesses dois campos: a ordem econômica escrita numa direção e a ordem social redigida noutra, de acordo com a correlação de forças que aconteceu em cada comissão anteriormente.

O governo reagiu ao conceito de empresa nacional absolutamente internacionalizante da ordem econômica. Aliás, dever-se-ia ler com mais frequência os estatutos legais de países como Japão, Est dos Unidos e outros a respeito do tratamento que dão às empresas estrangeiras e das diferenciações que fazem. Seria uma leitura sempre interessante...

Os empresários protestam em face de alguns pontos da ordem social, e a redação dada ao instituto da estabilidade, atingindo os trabalhadores rurais, urbanos e domésticos, assuta a classe média, que mantém ainda relações de trabalho medievais com suas empregadas domésticas, mas, não tem condições de um giro tão forte e rápido para a plenitude dos direitos trabalhistas de suas "auxiliares do lar".

Ora, exageros à parte, nenhuma pessoa de bom senso deveria ignorar que um processo constituinte neste momento tem algumas balizas: não vai se revogar o capitalismo pela Constituição e, portanto, a livre empresa sairá fortalecida do processo; os direitos sociais dos trabalhadores e da cidadania serão aprofundados e avançarão. Essas tendências demarcam também pontos de diálogo: aos poucos, segmentos abandonarão a posição de pura contestação e caminharão para fórmulas possíveis de mediação dos conflitos.

É isto que passa um pouco pelas dezenas de reuniões que em Brasília, na semana, reuniram pequenos comitês de líderes partidários, constituintes, integrantes do governo, dirigentes sindicais, empresários ou intelectuais de diferentes posições.

O diálogo não substituirá as visões de sociedade que cada um tem, mas pode aproximar muito a Constituição do Brasil que existe e que precisa evoluir.

João Gilberto Lucas Coelho, 42 anos, advogado especializado em Direito Constitucional e ex-deputado federal, é diretor do Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte, entidade da Universidade de Brasília.